

**HISTÓRIA SOCIAL: FONTES, ABORDAGENS E NOVOS
PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO**

Índice

Introdução	3
Informações sobre os programas de Pós-graduação participantes	5
Planilha contendo informações das equipes de pesquisa participantes	12
Descrição dos mecanismos de articulação que serão utilizados para promover a interação entre os grupos de pesquisa participantes do projeto.	13
Caracterização do problema, metodologia e técnicas que serão utilizadas	14
Objetivos e metas (incluindo o plano de incremento da produção científica, tecnológica e/ou de inovação com o envolvimento dos alunos).....	19
Estado-da-arte da pesquisa.....	22
Cronograma de execução das atividades.....	31
Infra-estrutura das instituições participantes (existente e a necessária para dar suporte à interação entre os grupos).	32
Proposta orçamentária detalhada, justificando a necessidade dos itens solicitados e indicando o Programa de Pós-graduação ao qual serão alocados.....	34
Financiamento de recursos provenientes de outras fontes, quando houver.....	35
Resultados esperados do ponto de vista científico, tecnológico, de inovação e na formação dos mestres e doutores envolvidos.....	36
Descrição das ações de divulgação e transferência dos conhecimentos adquiridos para a sociedade.....	38

Introdução

O programa de cooperação interinstitucional proposto no âmbito deste projeto está fundado em uma perspectiva de trocas acadêmicas entre Programas de Pós Graduação em diferentes etapas de desenvolvimento, visando “o fortalecimento e a consolidação” daqueles ainda em formação, como indica o edital ao qual está vinculado. De um lado, há um grupo de docentes do departamento de história da Universidade de Brasília (UnB), departamento com uma tradição já consolidada nas áreas de História Política e das Relações Internacionais que, desde a implantação do REUNI, vem experimentando um intenso crescimento através da abertura de concursos e absorção de novos docentes. Tal crescimento, evidentemente, criou demanda para a abertura de novas áreas na Pós-Graduação e na Graduação, que atendam tanto aos interesses dos novos docentes quanto à expectativa do corpo discente. A busca de parcerias para tal finalidade reveste-se de grande utilidade, permitindo agilizar e consolidar esta intenção com o concurso de pesquisadores mais experientes da área da História Social no Brasil. Assim, o grupo participante é formado por doutores mais jovens, alguns recém ingressados na instituição, que vêm se articulando com o objetivo de constituir em sua universidade um núcleo de pesquisadores vinculado ao programa de pós-graduação, visando acumular experiência para a abertura de uma nova linha de pesquisa a partir dos resultados acumulados no trabalho coletivo¹.

De outro lado, coloca-se a longa experiência desenvolvida por um grupo de docentes do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, que mantém há muitos anos o conceito 7 da Capes. Trata-se dos professores do Programa vinculados ao CECULT (Centro de Pesquisas em História Social da Cultura) que, desde sua implementação, manteve sistematicamente uma política de intercambio com diferentes programas (entre os quais merecem destaque a UFF,

¹ O grupo é formado pelos seguintes professores. Primeiramente, por Tiago Luis Gil, autor de “Infiéis Transgressores”, premiado pelo Arquivo Nacional, e de “Fazer-se elite no extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos”, em co-autoria com Martha Hameister; Também por Teresa Cristina de Novaes Marques, autora do artigo “As dívidas do Senhor Jácome Lumachi. Pernambuco e a Companhia Geral pombalina”, *Topoi*, 12 (22), 2011, autora do verbete Bertha Lutz, no Dicionário Mulheres do Brasil, Zahar (2000), autora do artigo “Cerveja e aguardente sob o foco da temperança no Brasil, no início do século XX”, publicado na Revista Eletrônica de História do Brasil [vol.9 (1), 2007], e atual coordenadora do projeto Museu Virtual Bertha Lutz, financiado pelo CNPq. O terceiro integrante é José Luiz Andrade Franco, autor de “Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil: anos 1920-1940”, publicado pela FIOCRUZ, e de “Wilderness and the Brazilian Mind (II) The First Brazilian Conference on Nature Protection (Rio de Janeiro, 1934)”, publicado na Environmental History. O quarto docente da UNB a fazer parte do projeto é Marcelo Balaban, docente do departamento de História da Unb há dois anos, em processo de credenciamento no programa de pós-graduação da mesma instituição. Balaban é autor de *Instantâneos do Rio Antigo*, Campinas: Mercado de Letras; Cecult: São Paulo: Fapesp, 2003 e *Poeta do Lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

UFBa, USP, UFPa e UFC), que frutificou em diferentes projetos coletivos². Do ponto de vista da equipe da Unicamp, o “Casadinho/ Procad” oferece agora a oportunidade de ampliar este arco de trocas interinstitucionais, para incluir novos parceiros acadêmicos e contribuir para consolidar novos programas de pós-graduação e seus grupos internos de pesquisa, através da difusão e discussão da experiência acumulada pelo grupo.

O PPGHIS da Universidade de Brasília, por sua vez, tem tradição na produção de trabalhos em História Política e das Relações Internacionais. Dentro deste programa, a História Social é uma Área de Concentração efetiva e que congrega a maior parte do corpo docente do programa. No entanto, a Área carece de renovação teórica, de discussão metodológica mais profunda e do desenvolvimento de trabalhos com perspectiva comparativa, tendo em vista que muitos de seus membros privilegiam problemáticas políticas no Social e o corpo discente esbarra na crônica dificuldade de acesso a fontes históricas em Brasília, exceção feita às fontes parlamentares.

A tradição em história social, tendo como referência trabalhos de matrizes diversas, como Edward Thompson (e demais marxistas britânicos) ou mesmo a velha História Social de cunho serial francesa, como Goubert, Labrousse e outros, é pouco prestigiada na UnB, diante do potencial que poderia ter ou mesmo na comparação com outras correntes no próprio programa, como a História Cultural. Por outro lado, o Programa de PG em História da Unicamp, particularmente a Área de Concentração em História Social, tem uma longa tradição neste campo, já tendo consolidada produção atuando com pioneirismo em temáticas da área.

Este projeto propõe incrementar a troca de experiências entre as duas equipes, de modo a fortalecer a área de História Social na UnB, integrando-a em um circuito dinâmico de seminários e debates como o que vem sendo praticado na Unicamp há décadas e associando esforços na produção de bases de dados e outros instrumentos de pesquisa. Parte expressiva deste empreendimento passa pelo “aparelhamento” de métodos e técnicas, em particular, pela formação de bancos de dados de fontes primárias, tal como é feito no CECULT da Unicamp, permitindo aos pesquisadores acesso a amostras de trabalho sobre os mais diferentes temas, o que facilitaria o estudo dos grupos *de baixo*, para manter aqui a expressão que marcou uma geração de historiadores britânicos. Neste sentido, estamos considerando a aquisição de equipamento para visualização de microfilmes, assim como a compra de documentos históricos microfilmados, além de mobilidade e interlocução constante com a Unicamp.

² O Cecult, desde sua criação, tem se caracterizado pelo trabalho coletivo, que acontece por meio de projetos temáticos e pelo estabelecimento de intercâmbios com outras instituições. Deve-se mencionar PRONEX, Projetos temáticos e PROCAD. Neste particular, o Cecult tem experiência em desenvolver projetos PROCAD com as universidades federais do Ceará e do Pará.

Além disso, ao associar equipes e articular projetos em andamento na UNICAMP e na UnB, a proposta pretende, do ponto de vista científico, concorrer significativamente para trazer novos elementos para a história social no Brasil, desenvolvendo linhas de investigação sobre temas importantes relacionados à experiência dos dois grupos de pesquisadores e aprofundando o debate em torno de procedimentos e instrumentos de pesquisa que sejam úteis aos dois programas, bem como à comunidade de historiadores em todo o país. De outro lado, interessa a este grupo de contribuir no levantamento e sistematização da ampla documentação para área existente nos arquivos e bibliotecas brasilienses, ainda pouco conhecida dos pesquisadores de outros centros do país.

Informações sobre os programas de Pós-graduação participantes

Entre 1976, quando surgiu, e 1997, o curso de mestrado em História da Universidade de Brasília organizou-se em duas Áreas de Concentração: História das Relações Exteriores do Brasil e História Política do Brasil. Com a criação do curso de Doutorado, em 1997, o Programa foi reestruturado em torno de três Linhas de Pesquisa: “História das Relações Internacionais”, “História Social e das Idéias” e “História: Discurso, Imaginário e Cotidiano”. Sob orientação da CAPES, o Programa adotou o modelo baseado em Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa. Este processo resultou na criação de quatro Áreas de Concentração: História Social; História Cultural; Estudos Feministas e de Gênero; História e Historiografia das Idéias. Mais recentemente, as últimas duas áreas foram extintas e permanecem apenas as áreas de História Cultural e História Social. Na avaliação da CAPES para o triênio 2004-2006 a nota foi 5. Na última avaliação, para o triênio 2007-2009, a nota caiu para 4.

Os proponentes do projeto abrigam-se na área de concentração em História Social, que atualmente conta com apenas uma grande linha de pesquisa, denominada Linha de Pesquisa - Sociedade, instituições e poder.³ Está em curso uma discussão interna ao programa para dar visibilidade aos projetos de pesquisas afins, a serem enfeixados em várias linhas de pesquisas. Enquanto tal discussão não se conclui, os integrantes do programa desenvolvem investigações individuais. Um dos propósitos do projeto em tela é articular os pesquisadores proponentes em um grupo formado a partir de afinidades metodológicas e interesses temáticos comuns. Este ponto ainda será explicitado com detalhes mais adiante. Por ora, convém descrever brevemente as linhas de pesquisa desenvolvidas pelos proponentes.

Inicialmente, descrevem-se as atividades desenvolvidas pela pesquisadora Teresa Cristina de Novaes Marques. Desde seu ingresso no corpo docente da instituição, em 2005,

³ O Prof. Balaban planeja se credenciar em breve no PPGHIS/UNB optando pela Área de História Social.

Marques desenvolve um trabalho sistemático de formação de alunos de graduação de pós-graduação com a oferta de cursos temáticos sobre a história da escravidão. Faz-se isso por considerar imprescindível à formação do historiador conhecer os problemas e as principais linhas de investigação no campo da história da escravidão no Brasil e nas Américas. No ano de 2010, esta professora realizou estágio pós doutoral na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a supervisão do Professor João Luís Fragoso, quando pode dar prosseguimento às pesquisas iniciadas anos antes sobre a Capitania de Pernambuco no século XVIII, particularmente, acerca do impacto da política pombalina sobre o patrimônio das famílias da açucarocracia regional. Neste particular, explora-se a problemática do estatuto jurídico das propriedades fundiária e escrava.

Paralelamente a essa linha de investigação, que contempla o viés de gênero sobre os direitos de propriedade, Marques retomou o tema do feminismo no Brasil, a partir da obtenção do edital de gênero CNPq/Secretaria das Mulheres, 2010, que visa a elaborar um museu virtual dedicado à atuação política e científica de Bertha Maria Júlia Lutz. Por tais razões, o intercâmbio com a Unicamp pode contribuir para estreitar o diálogo acadêmico da pesquisadora Marques e seus orientandos, tanto sobre a problemática da escravidão, como sobre questões de gênero e feminismo no Brasil.

As linhas de pesquisa desenvolvidas por Tiago Luís Gil, por sua vez, privilegiam os estudos de história econômica, marcadamente o crédito, a confiança e as redes de relacionamentos nas trocas mercantis, tendo como recorte o sul da América Portuguesa no final do século XVIII. Com o objetivo de dar suporte a estas investigações, mais recentemente vem se dedicando a compreender a dinâmica espacial no período elegido. Para tanto, desde 2009, trabalha no desenvolvimento de um Atlas Digital da América Lusa, ferramenta online que busca cruzar tempo e espaço para a compreensão das dinâmicas sociais na América Portuguesa. Neste projeto já foram estabelecidas diversas parcerias de trabalho visando o desenvolvimento do Atlas, com instituições como a UFRJ, UFPR, UFF e Unicamp. Com esta última, foi realizado um evento em agosto passado, em parceria com a equipe do Atlas Digital da Unb, sobre “História Digital”, no qual as análises espaciais e o geoprocessamento foram amplamente debatidos.

José Luiz de Andrade Franco desenvolve pesquisas relacionadas com os impactos do ambiente natural sobre as sociedades e das sociedades sobre o ambiente natural (na perspectiva conceitual da História Ambiental, como definida por Donald Worster). Discute a dinâmica de ocupação do território brasileiro, com ênfase nos tipos de uso dos recursos naturais, nos condicionamentos do ambiente natural e nas relações sociais estabelecidas e em processo de

transformação. Trata-se, sobretudo, de compreender o constante processo de adaptação da sociedade ao ambiente natural e cultural.

O Programa de Pós-graduação em História da Unicamp, criado em 1976, surgiu como Programa de Mestrado em História do Brasil refletindo, por suas referências teóricas, abordagens e métodos, tendências inovadoras da historiografia brasileira. Essa fase inicial foi importante para a recuperação da memória política das classes trabalhadoras, com estudos sobre a vida cotidiana, a vida fora das fábricas e a cultura popular.

A segunda fase teve início na década seguinte, com a criação do Doutorado em História. Nesse momento o Programa ampliava a sua base de titulação, criando uma área de concentração comum - História Social do Trabalho -, que abrigou cinco linhas de pesquisa: Escravidão e trabalho livre; Movimentos sociais; Processo de trabalho; Política e trabalho; Cultura e cidades. Em 1989 foi criada uma segunda área de concentração em História da Arte e da Cultura no Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP – inicialmente o mestrado e depois, em 2004, o doutorado. Pela primeira vez no Brasil, um programa de pós-graduação de História incorporava uma área com esse perfil que era tradicionalmente disposta em escolas e institutos de Belas Artes ou de Arquitetura.

No anos 1990, o Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP ampliou suas temáticas de interesse e dentre os novos temas de pesquisa (religião, gênero, racismo, cultura material, pós-modernismo) foram somados também aqueles desenvolvidos no âmbito da história da arquitetura, da iconografia dos viajantes, das relações entre arte e política, aproximando tanto as linhas de pesquisa como as áreas de concentração. Estudos multidisciplinares, novas temáticas, fatos no cotidiano acadêmico das Linhas de Pesquisa que, de forma contínua e latente, exigiam mudanças curriculares.

Em 1993 a Área de Concentração de História Social do Trabalho teve um redimensionamento das linhas de pesquisa. Surgiram as seguintes linhas: Trabalho, Política e Movimentos Sociais; História Social da Escravidão e do Racismo; Cultura e Cidades: políticas urbanas, produção cultural e cidadania. Duas novas linhas foram criadas: História Social da Cultura; Jogos do Político: conceitos, representações e imaginário; História, Memória e Historiografia. Em 1997, este movimento de mudanças passou a incorporar a linha História, Cultura e Gênero que privilegiou a História Cultural como abordagem teórica central dos estudos de gênero, identidades, sociabilidades e cultura material.

A atual configuração do Programa de Pós-graduação em História teve início em 2001, e a grade curricular foi remodelada visando atingir objetivos essenciais: maior integração entre a graduação e a pós-graduação, maior aproveitamento das atividades das linhas de pesquisa e maior equilíbrio entre a pesquisa e os trabalhos em sala de aula e em centros e núcleos para estudantes e docentes da pós-graduação. Desde 2002 temos quatro áreas de concentração, novas nomenclaturas que revelam suas origens temáticas: História da Arte (apenas Mestrado), História Cultural, História Social, Política, Memória e Cidade. Em 2006 foi iniciada uma nova linha de pesquisa na área de História Social: História Social da África, que surgiu dos estudos relacionados à escravidão levados a cabo por pesquisadores da linha de História Social da Cultura. Trata-se da pesquisa de espaços e contextos informados por identidades, práticas e pensamentos vinculados à África, propondo uma colaboração estimulante entre pesquisadores da área nos Departamentos de Antropologia e História.

Quanto à área específica de História Social, deve-se mencionar que ela se tornou um centro referência, tanto pelo conjunto das pesquisas realizadas em seu âmbito, como pela continuada excelência e constante renovação, nos estudos em História Social. A área está subdividida atualmente em História Social da Cultura, História Social do Trabalho e História Social da África. A linha de pesquisa em História Social da Cultura, com a qual este projeto está mais diretamente vinculado, se caracteriza por desenvolver uma reflexão política, historiográfica e metodológica sobre o universo da cultura centrada nos sujeitos históricos e em sua diversidade, enfocando os confrontos culturais presentes em diferentes espaços e práticas sociais. Quatro grandes eixos articulam o conjunto de trabalhos em andamento: um enfatiza a experiência de negros, africanos e seus descendentes durante o período escravista e no pós-abolição. Um segundo enfoca a "história dos índios", articulando abordagens da história e da antropologia. O terceiro eixo volta-se especificamente para os intelectuais, em especial os literatos e folcloristas que pensaram, tematizaram e investigaram aquilo que definiam como "o popular". Finalmente, o quarto toma como objeto as tradições festivas e coletivas das ruas, procurando múltiplos significados em situações que a bibliografia mais tradicional tendeu a eleger como expressões da identidade brasileira. Entre os docentes que formaram essa linha estão: John Manuel Monteiro; Robert W. Slenes; Sidney Chalhoub; Silvia Hunold Lara; Maria Clementina Pereira Cunha.

A nota do Programa de Pós-graduação em História da Unicamp, desde o triênio 2001-2003 até o presente momento, é 7.

Silvia Hunold Lara investigou os significados da violência e do castigo no mundo colonial em Campos da violência (1988) e, em 2004, defendeu sua tese de livre-docência sobre o impacto político da presença massiva de livres e libertos negros e mulatos na sociedade

brasileira na segunda metade do século XVIII, intitulada *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. Esta pesquisa resultou também na publicação de artigos sobre as relações de raça, classe e gênero no século XVIII no Brasil, dentre os quais se destacam “The signs of color: women’s dress and racial relations in Salvador and Rio de Janeiro, ca. 1750 - 1815” (*Colonial Latin American Review*, 1997) e “Customs and costumes: Carlos Julião and the image of black slaves in late Eighteenth-century Brazil” (*Slavery and Abolition*, 2002). Mais recentemente, vem dedicando atenção à história do quilombo de Palmares, inserindo-a no contexto das polêmicas sobre a legitimidade da escravidão e da liberdade de índios, africanos e seus descendentes nos domínios ultramarinos.

Jefferson Cano concentrou suas pesquisas nas relações entre trabalho, política e cultura na história do Brasil imperial. Desde seu mestrado vem se dedicando ao estudo dos projetos políticos que disputavam o controle sobre a transformação do trabalho e os trabalhadores, o que teve continuidade em seu trabalho mais recente (*Política, trabalho e trabalhadores nas tramas do urbano – São Paulo no século XIX*), ainda inédito, resultante da pesquisa de pós-doutorado realizada junto a um projeto temático deste Centro. Em sua tese de doutorado, analisou como a literatura brasileira do século XIX abordava as questões políticas do momento, como a constituição racial da nação, sua formação política e a organização do mundo do trabalho. Deste trabalho com a literatura, investigada em sua relação com a imprensa periódica, derivaram as pesquisas centradas na figura de Justiniano José da Rocha, de que já resultaram dois artigos, o mais recente publicado na coletânea *História em Cousas Miúdas* (2005) e a organização de um número dos *Cadernos AEL* sobre o tema *Literatura e Imprensa no Século XIX* (2002). É também autor de *Imigrantes no Brasil do século XIX* (2003), *Labirinto* (2004), e prepara atualmente a edição dos *Comentários da Semana*, de Machado de Assis, para a Editora da Unicamp. Recentemente, publicou “Trabalhadores na Cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX”, em co-autoria com Maria Clementina Pereira Cunha e Sidney Chalhoub e Elciene Azevedo.

Maria Clementina Pereira Cunha é professora associada voluntária do Departamento de História da Unicamp – do qual se aposentou no ano de 2003, mantendo, no entanto, suas atividades junto ao Centro de Pesquisa e ao Programa de Pós Graduação. Investigou os processos de exclusão das diferenças através dos mecanismos legitimadores do saber sobre a loucura em *O espelho do mundo* (1986). Examinou os significados da folia carnavalesca das ruas na passagem do século XIX para o XX em *Ecos da Folia* (2001). Elementos desta investigação foram ainda publicados na coletânea *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura* (2002), organizada por ela como parte de suas atividades nos projetos coletivos do Cecult, no capítulo intitulado “Vários Zés e um sobrenome: as muitas faces do

senhor Pereira no carnaval carioca da virada do século”. Dedicar-se atualmente a investigar trajetórias de músicos e sambistas da chamada “Pequena África”, no Rio de Janeiro, como Donga, João da Baiana, Pixinguinha, Hilário Jovino e outros que viveram a virada do século XX. Vinculado a esta linha de trabalho está o capítulo que publicou recentemente, intitulado “De sambas e passarinhos: as claves do tempo nas canções de Sinhô”, na coletânea *História em cousas miúdas* (2005). Atualmente, dedica-se à preparação de um livro sobre o tema, em fase final de redação. Recentemente, publicou “Trabalhadores na Cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX”, em co-autoria com Jefferson Cano e Sidney Chalhoub e Elciene Azevedo.

Sidney Chalhoub investigou os significados políticos ocultos no cotidiano da classe trabalhadora carioca no início do século XX em *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque* (1986 e 2001). Em *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (1990), abordou as concepções escravas sobre a escravidão e a liberdade, ao qual se seguiu *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial* (1996), estudo sobre os modos de os trabalhadores lidarem com iniciativas do poder público na área de saúde pública no Rio de Janeiro oitocentista, livro que recebeu o prêmio Jabuti, categoria “Ensaio”, em 1997. Mais recentemente, analisou as visões machadianas sobre as transformações históricas da sociedade brasileira do século XIX em *Machado de Assis, historiador* (2003), texto antes defendido como tese para concurso ao cargo de professor titular na UNICAMP. Como parte de seu trabalho coletivo no CECULT, organizou três coletâneas em colaboração com colegas: *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil* (1998; com Leonardo Pereira); *Artes e ofícios de curar no Brasil* (2003; com Vera Marques, Gabriela Sampaio e Carlos Galvão); e *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil* (2005; com Margarida Neves e Leonardo Pereira). Suas pesquisas têm resultado também na publicação de capítulos e artigos no exterior: o capítulo mais recente é “Interpreting Machado de Assis: paternalism, slavery, and the free womb law”, em S. Caulfield, S. Chambers e L. Putnam, *Honor, Status, and Law in Modern Latin America* (2005); o artigo, “The politics of silence: race and citizenship in nineteenth-century Brazil” (*Slavery & Abolition*, 2006). Recentemente, publicou “Trabalhadores na Cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX”, em co-autoria com Maria Clementina Pereira Cunha e Jefferson Cano e Elciene Azevedo.

Robert W. Slenes tem estudado a escravidão e a sociedade escravista utilizando-se de vários métodos e abordagens. Sua tese de doutorado (1976) versou sobre temas em história demográfica e econômica no período 1850-1888: as taxas vitais dos escravos, as economias regionais e o tráfico interno, a família cativa e as políticas senhoriais de incentivos e “controle

social” (a promoção ocupacional de escravos e a alforria). Subseqüentemente, ele desenvolveu estudos enfocando temas em história social e cultural. Desde o final da década de 1980, pesquisa a cultura centro-africana e suas re-significações no Sudeste. Publicou *Na Senzala uma Flor* (1999), sobre a formação da família escrava no Rio de Janeiro e em São Paulo, e diversos artigos enfocando os centro-africanos e a identidade cativa: ““Malungu, Ngoma Vem!”” (1991-92), analisando a formação de uma identidade “pan-centro-africana” nas fazendas do Sudeste; “The Great Porpoise-Skull Strike” (2002), tratando do culto a espíritos tutelares da natureza entre os kongo/mbundu e entre africanos no Rio de Janeiro; “The Nsanda Tree Replanted” (no prelo), sobre cultos de aflição no antigo Reino do Kongo e no Sudeste; e “Saint Anthony at the Crossroads in Kongo and Brasil” (2008), voltado para a reinterpretação de Santo Antônio dentro de moldes centro-africanos no Kongo (século XVIII) e no Sudeste (c. 1850), bem como outros artigos tais como “Eu venho de muito longe, eu venho cavando’: jongueiros cumba na senzala centro-africana” (2008), *A Great Arch Descending: Manumission Rates, Subaltern Social Mobility and Slave and Free(d) Black Identities in Southeastern Brazil, 1791 1888* (PRELO).

Planilha contendo informações das equipes de pesquisa participantes

Nome	Programa	Instituição	Titulação	Bolsista Produtividade	Função
Tiago Luís Gil	PPGHIS/UnB	UnB	Doutor	não	Coordenador
Teresa Cristina de Novaes Marques	PPGHIS/UnB	UnB	Doutora	não	Vice-coordenadora
José Luiz de Andrade Franco	PPGHIS/UnB	UnB	Doutor	Sim, nível 2	Pesquisador doutor
Marcelo Balaban	-	UnB	Doutor	não	Colaborador
Luiz Paulo Ferreira Nogueról	-	UnB	Doutor	não	Colaborador
Mayra Guapindaia	PPGHIS/UnB	UnB	Graduada	Não	Aluna de mestrado
Luiza Hooper Moretti	-	UnB	Graduanda	Não	Aluna de graduação
Jaqueline Rivas Paredes	-	UnB	Graduanda	Não	Aluna de graduação
Letícia Coelho Félix	-	UnB	Graduanda	Não	Aluna de graduação
Mariana Fernandes Rodrigues Barreto Regis	-	UnB	Graduanda	Não	Aluna de graduação
Fernanda Freitas de Campos	-	UnB	Graduanda	Não	Alunade graduação
Silvia Hunold Lara	PPGHIS/Unicamp	Unicamp	Doutora/Titular	Sim, nível 1A	Interlocutora
Sidney Chalhoub	PPGHIS/Unicamp	Unicamp	Doutor/Titular	Sim, nível 1A	Interlocutor
Maria Clementina Pereira Cunha	PPGHIS/Unicamp	Unicamp	Doutora	não	Interlocutora
Jefferson Cano	PPGHIS/Unicamp	Unicamp	Doutor	não	Interlocutor
Robert Wayne Andrew Slenes	PPGHIS/Unicamp	Unicamp	Doutor/Titular	Sim, nível 1A	Interlocutor

Descrição dos mecanismos de articulação que serão utilizados para promover a interação entre os grupos de pesquisa participantes do projeto.

Como parte das estratégias de interação, propõe-se a realização de um evento por ano. Desses encontros, prevê-se a participação de toda a equipe, com o propósito de discutir os avanços e as perspectivas da parceria inter institucional. Propõe-se realizar conferências periódicas mensais por intermédio de vídeo-conferência para avaliação continuada dos resultados parciais dos trabalhos.

Em complemento às estratégias de comunicação entre as equipes, propõe-se organizar um *website* de trabalho contendo ferramentas de interação online, a exemplo de plataformas de diálogo (chat), de publicações de textos de trabalho, blogs de pesquisa e fóruns de discussão. Faz-se isso por acreditar que a experiência acumulada entre os grupos de trabalho na UNB no uso de tais ferramentas é benéfica aos propósitos do projeto de cooperação.

Outro mecanismo utilizado serão as Missões de trabalho, através das quais pesquisadores passarão temporadas curtas para aprofundamento de temas específicos, investigação em arquivos ou reuniões de trabalho com a equipe parceira.

Caracterização do problema, metodologia e técnicas que serão utilizadas

A estrutura dos cursos de graduação e pós-graduação da Unicamp, na área de História, favorece a criação de hábitos de trabalho coletivo, entre docentes/pesquisadores que possuam afinidades intelectuais, atuem em áreas temáticas próximas ou mantenham interesses convergentes. Fruto de trabalhos desenvolvidos por cinco docentes no programa de pós-graduação da Unicamp – Alcir Lenharo (já falecido), Maria Clementina Pereira Cunha, Robert W. Slenes, Sidney Chalhoub e Silvia Hunold Lara – a linha de pesquisa em “História Social da Cultura” foi criada em 1993, atraindo diversos alunos de mestrado ou doutorado e mantendo seminários de pesquisa bastante ativos e interessantes ao longo destes últimos quase vinte anos. A necessidade de dar expressão institucional a essa associação, bem como de reforçar o caráter coletivo que permeava os esforços individuais de pesquisa, levou este grupo a criar o CECULT (Centro de Pesquisas em História Social da Cultura), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, que passou a funcionar em 1995, seguindo um movimento mais amplo de institucionalização de grupos de pesquisa no interior do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp⁴.

Desde seu surgimento, o CECULT sedia projetos integrados que contaram com financiamento do CNPq, CAPES, FAPESP e outras agências de fomento. Além dos professores ligados à linha de pesquisa em “História Social da Cultura”, o Centro absorveu ainda outros estudiosos, dentro e fora da UNICAMP, cujos interesses intelectuais os aproximavam da sua área de trabalhos, como Cláudio Henrique de Moraes Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Jefferson Cano – todos professores da Unicamp que foram incorporados ao longo do tempo aos quadros do Centro, definindo sua vocação para a História Social em um sentido mais geral. Tal ampliação deu-se também em direção a pesquisadores externos à Unicamp. De janeiro de 1998 a julho de 2001, o Centro sediou um projeto de maior envergadura, apoiado pelo PRONEX/FINEP, intitulado *Cultura e Diversidade no Brasil: para além da história da identidade nacional*, que viabilizou definitivamente as condições necessárias para tornar este núcleo de pesquisa mais sólido, bem como dinamizar e adensar sua produção intelectual e acadêmica. Deste projeto, datam as ligações com pesquisadores externos como João José Reis (UFBa), Martha Abreu (UFF) e Maria Helena P.T. Machado (USP), entre outros, que se vincularam formalmente ao Centro naquela ocasião. Assim, desde suas origens, funcionando

⁴ Os centros internos de pesquisa são órgãos ligados à direção do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, seguindo as diretrizes constantes dos estatutos da universidade. Seus objetivos, de forma geral, são congregar pesquisadores cujos trabalhos mantenham pontos de afinidade entre si, promover intercâmbio com entidades de pesquisa do país e do exterior, organizar e divulgar as informações relativas às suas respectivas áreas de estudo, bem como promover seminários ou outras formas de encontro científico.

sempre em conexão com as atividades ligadas às linhas de pesquisa em “História Social da Cultura” e “História Social do Trabalho” do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, o CECULT vem mantendo intenso intercâmbio com pesquisadores vinculados a outras instituições nacionais e do exterior, através da realização de seminários com vários professores convidados⁵.

As pesquisas desenvolvidas no CECULT nos seus primeiros anos de existência tiveram como eixo inicial o questionamento do conceito de “cultura popular”, tal como vinha sendo utilizado na historiografia brasileira. A partir de 1997, no entanto, o projeto coletivo assumiu uma nova dimensão, expressa no projeto *Cultura e diversidade no Brasil: para além da história da identidade nacional (séc. XIX e XX)*. Nesta nova etapa, o foco deslocou-se para os sujeitos geralmente ocultos por uma história presidida pela idéia da unidade cultural da Nação: buscava-se resgatar as experiências e práticas dos agentes da chamada “cultura popular” (festas, tradições, visões de mundo, etc.) e daqueles que sobre ela haviam se debruçado na formulação da identidade nacional (literatos, memorialistas, folcloristas, etc.). Invertendo a perspectiva de uma história concebida como simples biografia da Nação, tais pesquisas procuravam revisitar “o popular” ou “o nacional” com questões nascidas no próprio solo da história social, ao propor uma profunda revisão historiográfica de suas fontes, abordagens e procedimentos. Assim, passou-se a priorizar o esforço de acompanhar e discutir a produção (por agentes históricos tradicionalmente definidos como os intelectuais, os letrados e assim por diante) e o significado (para múltiplos sujeitos históricos) dos conceitos e imagens que recobrem a experiência histórica dos trabalhadores brasileiros reduzidos a figuras homogêneas como “o” operário, “o” escravo, “o” trabalhador nacional, etc. Como se vê, o arco temático que compõe as preocupações intelectuais deste grupo de pesquisadores foi direcionando, com o passar dos anos, à busca por novas abordagens e problemáticas para a história brasileira⁶.

⁵ Para mais informações sobre o CECULT ver: <http://www.unicamp.br/cecult/>

⁶ As pesquisas produzidas no âmbito do CECULT deram origem a um variado número de publicações individuais e coletivas. Dentre elas conferir: Sidney Chalhoub. *Cidade Febril – cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, Sidney Chalhoub. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, Sidney Chalhoub, Vera Regina Beltrão Marques, Gabriela dos Reis Sampaio e Carlos Roberto Galvão Sobrinho (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*, Campinas: Editora da Unicamp, 2003, Sidney Chalhoub, Margarida de Souza Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (orgs.) *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp, 2005, Maria Clementina Pereira Cunha. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 – 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, Maria Clementina Pereira Cunha. (org.) *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, Elciene Azevedo, Jefferson Cano, Maria Clementina Pereira Cunha e Sidney Chalhoub. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Ed; da Unicamp, 2009, Sílvia Hunold Lara. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, Sílvia Hunold Lara e Mendonça, Joseli Maria Nunes Mendonça. *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2006, Claudio H. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes(orgs). *Culturas de Classe. Identidade e diversidade na formação do operariado*.

Pretendeu-se inicialmente ultrapassar a tradicional ruptura que separava escravos e operários na história social do trabalho no Brasil, pressupondo uma diferença radical entre trabalhadores imigrantes e “nacionais”. No mesmo sentido, a historiografia negligenciava as dimensões culturais envolvidas em processos como o das migrações internas (através do tráfico interprovincial, das migrações do campo para a cidade, nos deslocamentos populacionais entre as várias regiões do país) ou entre diferentes nações (na diáspora africana e nas imigrações européias). Ao enfatizar consensos e dissensos, identidades e diferenças, continuidades, mudanças e reconfigurações culturais no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil e de suas imagens e significados, este projeto procura abarcar um longo período histórico, pois pretende articular um conjunto de pesquisas individuais que dialogam principalmente pelas afinidades teóricas de sua área de produção, mais que por delimitações cronológicas ou contigüidades temáticas. Desta feita, não trabalha com marcos cronológicos rígidos. Abarcando estudos que vão do início no século XVII aos anos 1960, suas afinidades são mais evidentes em termos teóricos e metodológicos o que implica, dentre outros diálogos, também numa releitura sistemática dos marcos mais usuais da história política e econômica.

Assim, esta proposta compreende no seu interior projetos de investigação que conjugam a preocupação com as formas de agência dos atores políticos envolvidos nos conflitos, sejam eles integrantes das classes trabalhadoras, sejam eles integrantes das elites dominantes, com as formas de discurso sobre o “outro”. A ação e o pensamento dos atores são examinados de forma articulada. Mais do que isso, faz parte dos objetivos retomar a experiência acumulada nesses projetos voltando a recorrer às fontes literárias e iconográficas, ao lado das ferramentas usualmente mais utilizadas na área da História Social.

Justifica-se, assim, a aproximação dos grupos de pesquisa da UNB e da Unicamp, na expectativa de ampliar as oportunidades de diálogo intelectual. Para tanto, a experiência recente do Cecult no desenvolvimento de projetos de cooperação é promissora. Entre os anos de 2001 e 2009, foram desenvolvidos no Cecult dois projetos temáticos, ambos com financiamento da Fapesp, que alargaram e redirecionaram algumas das preocupações de pesquisa do grupo. O projeto “*Santana e Bexiga: cotidiano e cultura de trabalhadores urbanos em São Paulo e Rio de Janeiro entre 1870 e 1930*”, foi organizado por uma abordagem que privilegiou o estudo dos trabalhadores em seus diferentes lugares nas cidades. Além de outros subprodutos, como a publicação de uma coletânea de estudos, a ampliação das bases de dados relativas a ocorrências policiais, associações profissionais e outras nas cidades abrangidas, foram produzidos mapas históricos gerados com a localização de cortiços e outras formas de habitação coletiva, grupos carnavalescos e dançantes, botequins e locais de sociabilidade das classes populares, espaços de

culto como terreiros e casas de santo – além das delegacias e outras variáveis relevantes em cada caso. Neste mesmo projeto, foram usadas também outras séries documentais que trouxeram informações sobre o cotidiano das cidades (como a utilizada no banco de dados existente no Cecult sobre sindicatos e associações de classe). De outro lado, o projeto “*Trabalhadores no Brasil: identidades, direitos e política (séculos XVII a XX)*”, ainda em andamento, busca desvendar as formas como trabalhadores politizavam “aspectos do cotidiano”. Procura-se, desse modo, compreender as demandas, bem como o que pensavam e como agiam homens e mulheres em um vasto período de tempo: da América Portuguesa às primeiras décadas do século XX. As estratégias e maneiras pelas quais se constituíram como sujeitos políticos, e também como foram reconhecidos, articulam o foco central do projeto, desenvolvido sobre dois eixos principais – a constituição de identidades e as reivindicações de direitos.

Em ambos os projetos, a atenção para aspectos relacionados à chamada “cultura popular”, que estava no centro do esforço de investigação que presidiu a criação do Cecult, foi deixada um pouco de lado, embora a articulação entre a cultura e o social se mantenha como um eixo permanente de trabalho deste grupo de pesquisadores. A partir da experiência acumulada de trabalho com ferramentas de pesquisa tais como bases de dados e mapas históricos digitais, criados com preocupações de análise da experiência social dos agentes históricos, retomar e desdobrar este viés de análise é parte das intenções desta proposta.

Além de suas atividades mais específicas, voltadas para a elaboração de instrumentos de pesquisa de interesse coletivo (como Bancos de Dados ou Mapas temáticos) e manutenção de uma infra-estrutura para os pesquisadores interessados nos temas da cultura (através da aquisição de uma bibliografia especializada e, especialmente, de fontes impressas e manuscritas em microformas que facilitem a pesquisa empírica, ou ainda da manutenção de equipamentos necessários a ela, como leitora de microfimes e microcomputadores), o Centro tem contribuído para a formação de recursos humanos especialmente através da implantação de atividades de pesquisa que integram vários bolsistas da iniciação científica ao pós doutorado, financiados através das principais agências financiadoras do país ou do Estado de São Paulo, além dos programas de apoio da própria Unicamp.

No que se refere à metodologia utilizada, convém desdobrá-la em duas partes: a metodologia de interação entre os dois núcleos envolvidos e as metodologias que serão utilizadas nas pesquisas, além da apresentação das técnicas. A interação entre as duas equipes deve estar baseada nas formas tradicionais de contato, como eventos presenciais e missões de trabalho, mas também através de meios inovadores, com o uso de tecnologia da informação, como *websites* de trabalho, nos quais seja possível criar

fóruns de discussão, plataformas de debate de texto, diários de pesquisa e bancos de dados de trabalho. Tal experiência já vem sendo realizada pela equipe da UnB, particularmente, pelo grupo envolvido na produção do “Atlas Digital da América Lusa”, que se utiliza de um *site* para organizar todo o trabalho de pesquisa, conectar interlocutores e documentar a investigação. O uso de vídeo-conferências, mais baratas e simples do que reuniões presenciais, também está sendo considerado, não só pela economia, mas pela praticidade e agilidade. Vemos assim, que a interação se dará de diversas formas, permitindo uma aproximação progressiva e continuada entre as duas equipes.

As metodologias que serão utilizadas nas pesquisas serão diversas, bem como as técnicas de pesquisa, já que são variados os temas, problemas, objetos e recortes abarcados nesta proposta, dada as dimensões da chamada “história social”. Objetos diferentes, problemas diferentes, exigem tratamentos metodológicos distintos. Contudo, algumas considerações clássicas da história social podem ser ressaltadas, como o uso de bancos de dados, entendidos também como objeto de reflexão continuada, já que não podem ser tomados como instrumentos neutros de investigação. Outro elemento clássico da história social, é a produção coletiva de conhecimento, através da constituição de laboratórios de pesquisa, conforme exposto acima. Esta prática, que convém ressaltar, não é hegemônica na área de história, tem se revelado extremamente frutífera e o CECULT é referência neste modelo. A ideia aqui é confrontar projetos ditos individuais e transformá-los em realizações coletivas, de modo que toda a equipe possa participar e discutir a produção do trabalho, não somente com discussões de textos, mas na produção cotidiana, na coleta de fontes, na análise e na redação. Por fim, tendo em conta que um dos objetivos centrais deste projeto é a formação de um acervo de reprodução de fontes, necessárias para o trabalho do historiador, restaria salientar a busca de abordagens que integrem teoria e empiria, outra marca expressiva da história social.

Objetivos e metas (incluindo o plano de incremento da produção científica, tecnológica e/ou de inovação com o envolvimento dos alunos).

Intelectuais

As principais linhas de investigação a serem tocadas por este projeto, como desenvolvido na seção acima, estarão centradas em quatro grandes objetivos:

1. Compreender o processo de formação das classes subalternas no período abrangido pelo projeto, tomando como objeto seus próprios costumes e pontos de vista, destacando suas diferenças internas (culturais, raciais e étnicas, de gênero etc.) e de construção de solidariedades e identidades, revendo a interpretação tradicional para tematizar a experiência de escravos, libertos e ex-escravos como elemento central de sua formação no Brasil;

2. Resgatar a importância destas variantes na conformação de dissensos e consensos entre os diferentes segmentos das classes trabalhadoras, desde o século XVII até meados do XX, buscando seus significados para a configuração interna de classe;

3. Recuperar múltiplas dimensões da trajetória das classes subalternas no Brasil dentro dos marcos cronológicos do projeto, explorando os processos de racialização, generificação, ressignificação cultural e criação de identidades.

4. Discutir o processo de construção e formulação conceitual das homogeneidades que cercam as imagens do país, do trabalhador nacional, do operário, do escravo etc. na produção literária, científica e no pensamento político do período, investigando seus significados históricos e sua apropriação pela historiografia para reavaliar a produção dos intelectuais e artistas dedicados a “interpretar” o universo dos trabalhadores e a construir a idéia de uma unidade nacional ou regional. Revisitando obras e autores que se debruçaram sobre tal universo, pretende-se também realizar leituras a contrapelo, dissecando significados que muitas vezes pretenderam ser ocultados da cena histórica.

5. Aprofundar a reflexão sobre novas propostas de abordagem da História Social, em discussão no cenário internacional e explorar novas possibilidades técnicas de investigação e novas ferramentas de trabalho que sirvam a seus propósitos tais como o georeferenciamento e a cartografia histórica ou bases seriais de dados. O levantamento da tramitação de projetos de lei no Legislativo, o uso alternativo de fontes literárias e iconográficas, e documentação diplomática.

Estratégicos

Importa destacar também que uma forte preocupação com a pesquisa empírica tem sido constante entre os diversos pesquisadores de ambos os grupos. Diretamente ligada à renovação dos estudos sobre a história social no Brasil pode-se observar uma nova relação dos historiadores com suas fontes, seja através da proposição de novas questões a documentos mais comumente abordados, seja investigando séries documentais que ainda não haviam sido utilizadas. Isso significa que este projeto possui um objetivo mais amplo, que perpassa todos os eixos de pesquisa apontados acima, pretendendo discutir técnicas de trabalho com estes novos materiais empíricos e formar pesquisadores familiarizados com elas.

Além das pesquisas individuais e coletivas e das atividades relacionadas aos programas de pós-graduação, algumas das missões de trabalho dedicarão especial atenção no sentido de realizar oficinas de pesquisa que discutam a natureza e características das fontes judiciais e cartoriais (especialmente de inventários, processos criminais e ações de liberdade, documentação policial e outras), suas potencialidades para a pesquisa histórica, as possibilidades no tratamento das informações por elas oferecidas e também as especificidades e problemas a serem enfrentados na construção de narrativas históricas que as tenham por base. Rastreando fontes diversas, tais como processos judiciais, documentação cartorial, registros policiais, textos literários, documentos particulares, iconografia e outros, será possível formular novas questões e buscar alternativas analíticas originais. Este esforço do grupo proponente, da Universidade de Brasília, para consolidar um núcleo forte de pesquisa, voltado tanto para o âmbito da pós graduação, quanto para o curso de Graduação em História, deve resultar na criação de um interesse mais claro por esta área de estudos alimentado pelo investimento conjunto dos dois centros de pesquisa envolvidos neste “casadinho/Procad”.

Assim, os objetivos estratégicos do projeto podem ser, desta forma, resumidos nos seguintes pontos:

1. Localizar, sistematizar e construir séries documentais para a História Social a partir de documentação levantada nos diferentes arquivos e bibliotecas da Administração Pública Federal em Brasília – incluindo aqui as instâncias do Executivo, Legislativo e Judiciário – pertinentes aos eixos de reflexão do projeto. Tais fontes têm sido pouco utilizadas pelos especialistas, dada a sua pouca visibilidade e ausência de instrumentos de pesquisa adequados.
2. Criar e consolidar um grupo de História Social no Departamento de História da UnB, tendo em vista a possibilidade futura de reestruturar

Área de Social na pós graduação. Neste modo, constituir um Centro de Pesquisas nos moldes do Cecult representaria uma base importante para alcançar este objetivo de mais longo alcance.

3. Trocar experiências entre as duas instituições na tarefa de elaboração de mapas históricos em formato digital. O prof. Tiago Gil, da UnB, vem desenvolvendo há um ano um Atlas Digital da América Lusa, experiência de ferramenta colaborativa que pretende a identificação de feições do período colonial no espaço, utilizando tecnologia de geoprocessamento com o software I3geo. Quanto ao Cecult, uma experiência já consolidada a partir do desenvolvimento de Bases de Dados, derivados da pesquisa com diferentes fontes, resultou na produção de mapas urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro (ocorrências policiais, habitações coletivas, distribuição espacial dos internos da Casa de Detenção e outros) dos século XIX e XX, empreendida em colaboração com a Universidade de Stanford no projeto conjunto intitulado “Terrains of History”⁷ Concebidos os mapas sobre plataformas diversas, a convivência entre as duas equipes com experiência nesta área específica permitirá a busca de soluções para problemas de concepção e execução, bem como a proposição de novas alternativas para elaboração e uso desta ferramenta em projetos de pesquisa da área.
4. Desenvolver formas regulares de intercambio, seja sob a forma de missões de trabalho especificadas abaixo, de reuniões conjuntas de todos os pesquisadores para avaliação de resultados e reorientação do projeto ou de seminários temáticos voltados para as áreas de interesse especificadas no projeto intelectual, recorrendo inclusive, neste último caso, à presença de especialistas de outras instituições.

⁷Conferir:<http://www.unicamp.br/cecult/mapastematicos>
<http://www.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/project.php?id=999>

Estado-da-arte da pesquisa.

A conhecida observação de Couty sobre a ausência do “povo” na formação do país⁸ já foi lida por muitos estudiosos como constatação de um fato ou mesmo tomada como ponto de partida para a elaboração de um paradigma interpretativo da história do Brasil. Independentemente das intenções do autor, logo se ligou à visão do escravo como um ser coisificado, incapaz de pensamentos e ações próprios: a escravidão teria aniquilado o homem e sua cultura, restando apenas o vazio produzido por uma dominação inexorável. Outras vezes, o “povo” parecia emergir e tornar-se visível apenas em episódios isolados, aparentemente destituídos de significado social ou político mais amplo: ele aparecia bestializado diante da República, impotente diante da exclusão política, irracional e violento diante de iniciativas disciplinadoras ou civilizatórias. Como desdobramento historiográfico, tal paradigma teve suas conseqüências: a ausência de classes definidas, no caso brasileiro, teria produzido apenas um vazio a ser preenchido pela ação demiúrgica do Estado, que surgiu como o principal sujeito na história do país. A história tornou-se, então, um exercício fortemente teleológico de explicação de uma Nação que substitui os sujeitos e oculta seus conflitos e diferenças⁹. Esforços de revisão da historiografia brasileira tentaram modificar este antigo viés de interpretação. José Murilo de Carvalho, por exemplo, reinterpretou a “passividade” popular diante da problemática da cidadania que se tornava central no período da abolição e dos primórdios da República.¹⁰ Como ele, vários historiadores - entre os quais aqueles que fazem parte deste grupo de pesquisadores - têm empreendido um esforço sistemático, embora nem sempre unívoco em seus pontos de vista, para desvendar os mecanismos e processos através dos quais este aspecto crucial das relações sociais no Brasil pode ser consolidado. Neste esforço amplo, tal fenômeno foi evidentemente analisado sob vários ângulos. Julgamos, no entanto, que no campo interdisciplinar de uma história social da cultura - ele pode aparecer em toda a sua riqueza. Invertendo os sinais, buscamos os múltiplos modos de encarar, reagir e avaliar práticas cotidianas, formas de lazer e de vida, símbolos, espaços de sociabilidade, valores e crenças pertencentes à experiência dos sujeitos sociais.

Sem dúvida, a melhor referência para iluminar a perspectiva teórica aqui adotada é a obra de E. P. Thompson. Para ele, as relações históricas são construídas num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades. Através de *relações* de dominação e exploração que, de modo contraditório, unem horizontalmente e separam verticalmente homens e mulheres que, através de suas práticas

⁸ *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1988.

⁹ Vide Marilena Chauí - “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. *Ideologia e mobilização popular*. S. Paulo, Cedec-Paz e Terra, 1978.

¹⁰ *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. S. Paulo, Companhia das Letras, 1987.

cotidianas, costumes, lutas, resistências, acomodações e solidariedades, de seus modos de ver, viver, pensar e agir, construíram isso que hoje chamamos de “classe operária”. Selecionar unicamente a vontade de um dos agentes ou privilegiar apenas necessidades e razões econômicas para a análise destas relações constitui procedimento capaz de produzir somente uma versão (transformada em explicação) deste processo - eis uma das lições mais importantes de sua obra. Nela, a classe operária inglesa aparece como resultado de uma complexa trajetória que tem sua origem na tradição radical e não conformista, passa por diversas formas de associações culturais, religiosas, de auxílio mútuo, desembocando em movimentos propriamente classistas nas primeiras décadas do século XIX. Os estudos reunidos na coletânea *Costumes em comum* concentram-se em diversos aspectos da experiência da plebe inglesa no século XVIII, revelando também o peso conferido, deste ponto de vista, aos processos culturais.¹¹

A influência de E. P. Thompson no Brasil, entretanto, deu-se em direções freqüentemente paralelas, mas isoladas entre si. Desde os anos 1970, os estudiosos da história social no Brasil tenderam a abandonar os marcos da história política e econômica (as oligarquias, os militares, as classes médias, a industrialização, a plena instituição do Estado burguês) bem como questionaram a identificação entre a história do movimento operário às ações ligadas à militância política. Passaram, progressivamente a inquirir as primeiras décadas do século XX - e o movimento operário do início do século, sobretudo em suas vertentes anarquistas e anarco-sindicalistas, ganhou o estatuto de um tema privilegiado¹², a partir de novos problemas históricos e de interpretações alternativas que redimensionaram os debates e ampliaram as possibilidades de investigação¹³. Esta inflexão favoreceu a multiplicação de estudos que se afastavam da tradição sociológica das “grandes interpretações” para buscar os agrupamentos profissionais (têxteis, gráficos, portuários, etc.), suas formas de organização, movimentos específicos e suas dinâmicas próprias, a composição da força de trabalho, o cotidiano operário dentro e fora das fábricas, abrangendo aspectos como cultura, educação,

¹¹ *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.* (trad.) S. Paulo, Companhia das Letras, 1998.

¹² Para um balanço da produção e dos debates sobre o tema nos anos 70 vide Paulo Sérgio Pinheiro - "Trabalho Industrial no Brasil: Uma Revisão" *Estudos CEBRAP*, 14 (1975); Luiz Werneck Vianna - "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: resenha de algumas tendências" *Dados*, 17 (1978) e Kazumi Munakata - "O Lugar do Movimento Operário" *Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo*, ANPUH, 1980. Uma avaliação mais recente foi feita por Cláudio Batalha - "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências" in: Marcos César de Freitas (org.) - *Historiografia brasileira em perspectiva*. Bragança Paulista, Universidade S. Francisco/ S. Paulo, Contexto, 1998.

¹³ Além do texto de Marilena Chauí mencionado acima, vide, entre outros, Edgar De Decca - *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

habitação, etc. - que se tornaram temas de teses de mestrado e doutorado, de inúmeros livros publicados sobretudo a partir dos anos 1980¹⁴.

Nesta década, seguindo caminhos análogos, alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão no Brasil. Mais que simplesmente estudar o modo de vida dos escravos, tratavam de abordar as relações escravistas como fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração¹⁵. Assim, cada vez mais, as visões escravas da escravidão e da liberdade, em confronto com as visões senhoriais e de outros grupos sociais, têm sido investigadas, propiciando diferentes questionamentos sobre as interpretações e explicações históricas tradicionalmente aceitas a respeito do tema. A rediscussão dos significados do castigo físico dos escravos na política de domínio senhorial, a análise da importância das lutas escravas em torno da alforria e do reconhecimento do pecúlio no longo e tortuoso processo da emancipação, a existência da família e das linhagens escravas e sua importância na conformação dos conflitos entre senhores e escravos, as ligações frequentes entre quilombolas, comerciantes e escravos das fazendas - para citar apenas alguns desdobramentos temáticos - constituem bons exemplos¹⁶. São também muitos os trabalhos históricos que, hoje em dia, partem destas concepções para realizar estudos sobre as relações entre escravos e libertos no mundo

¹⁴ Vide, entre muitos outros, Maria Auxiliadora G. De Decca - *A vida fora das fábricas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; Angela de Castro Gomes - *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice/IUPERJ, 1988; Yara Aun Khouri - *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo, Cortez Ed./ Ed. Associados, 1981; Kazumi Munakata - *A legislação trabalhista no Brasil*. S. Paulo, Brasiliense, 1981; Elisabeth Souza-Lobo - *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

¹⁵ Veja-se, por exemplo, Robert W. Slenes - *The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Tese Ph.D., Universidade de Stanford, 1976; Peter Eisenberg - *Homens Esquecidos*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1989 (que reúne diversos artigos escritos durante a década de 70; Maria Odila Leite da Silva Dias - *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984; João José Reis - *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986; Célia Maria Marinho de Azevedo - *Onda Negra, Medo Branco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; João José Reis e Eduardo Silva - *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989; Sílvia Hunold Lara - *Campos da Violência. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; e Sidney Chalhoub - *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

¹⁶ Além dos trabalhos citados acima, vide também Maria Helena Pereira Toledo Machado - *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição*. S. Paulo, Ed.UFRJ/EDUSP, 1994; Flávio dos Santos Gomes - *Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995; J. J. Reis e Flávio Gomes (orgs.) - *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996; Eduardo S. Penna. *O jogo da face. A astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1999; Joseli Maria Nunes Mendonça - *Entre a mão e os Anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, Ed. da UNICAMP/Cecult, 1999; e Robert W. Slenes - "'Malungu, ngoma vem!' África coberta e descoberta no Brasil" *Revista USP*, 12 (1991-1992): 48-67 e, do mesmo autor, *Na Senzala Uma Flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

escravista, sobre a experiência dos libertos, sobre a importância das lutas de escravos e libertos no processo da emancipação e da abolição.¹⁷

Durante muito tempo, entretanto, estes dois universos historiográficos permaneceram separados. Apesar do alargamento temático e cronológico, a historiografia sobre a presença operária ainda manteve um antigo silêncio: o novo sujeito que ganhou as páginas dos estudos históricos foi sempre pensado como um ser branco, quase sempre falando uma língua estrangeira. Os negros, egressos do mundo escravista, continuaram ausentes. Apenas nas últimas décadas começam a surgir estudos que fogem aos paradigmas interpretativos dominantes, e que - em alguns casos - chegam a abordar as questões raciais ou a presença negra na análise de situações específicas¹⁸.

Essas abordagens vêm crescendo na última década, abrindo novas possibilidades para a análise histórica da experiência dos trabalhadores ou dos homens comuns no longo tempo abrangido pelas pesquisas individuais em desenvolvimento neste projeto. Ademais, análises cruzadas de fatores como a questão racial, conflitos étnicos, relações de gênero ampliaram o questionamento aos antigos paradigmas, incentivando a busca de fontes documentais alternativas.¹⁹ Nelas, podemos encontrar trabalhadores escravos e imigrantes, negros e brancos de vários matizes, homens e mulheres com experiências diversas que, em situações de lazer ou

¹⁷ Sobre a experiência dos libertos, vide especialmente Maria Inês Côrtes de Oliveira - *O liberto: o seu mundo e os outros. Salvador, 1790-1890*. São Paulo, Corrupio/CNPq, 1988; Regina Célia Lima Xavier - *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas, CMU/UNICAMP, 1996; Maria Cristina Cortez Wissenbach - *Sonhos africanos, vivências Ladinas. Escravos e forros em S. Paulo, 1850-1880*. S. Paulo, HUCITEC/História Social/USP, 1998. Para um estudo das relações entre trabalhadores livres e escravos, vide Sandra L. Graham - *Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. (trad.) São Paulo, Companhia das Letras, 1992. Elciene Azevedo. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. Para uma discussão renovada das experiências do período da abolição e do pós-emancipação vide George Reid Andrews - *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison, University of Wisconsin Press, 1991; Hebe Maria Mattos de Castro - *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravistas - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, .

¹⁸ Importante, neste sentido, é o trabalho de Sidney Chalhou, *Trabalho, lar e botequim* (S. Paulo, Brasiliense, 1986), um dos primeiros a tratar da “classe” sem recorrer à análise específica de um “movimento” ou situação de confronto, e no qual as tensões entre negros e portugueses são amplamente discutidas. Sobre a presença de trabalhadores negros em algumas categorias operárias, vide, a título de exemplo, Maria Lúcia Caira Gitahy. *Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo, Ed. UNESP/ Prefeitura Municipal de Santos, 1993; Fernando Teixeira da Silva - *Operários sem patrões: da Barcelona à Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entre-guerras)*. Campinas, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2000; Maria Cecília Velasco e Cruz - *Virando o Jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. S. Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1998.

¹⁹ É interessante observar que a renovação dos estudos sobre a escravidão no Brasil esteve diretamente associada à utilização de fontes cartoriais e judiciais. Apenas mais recentemente, documentos desta natureza também vêm sendo utilizados em pesquisas sobre a experiência operária no Brasil, com resultados bastante positivos. O campo dos estudos de gênero também tem se beneficiado com esse movimento metodológico ao recorrer à documentação policial, a processos criminais e a fontes dessa natureza.

trabalho, em espaços públicos ou domésticos, construíam suas vidas - enfrentando uma arena social que se transformava cada vez mais rapidamente e na qual as “regras” eram diferentes daquelas em que haviam aprendido a lutar²⁰. A passagem do tempo trouxe para estes trabalhadores e outros agentes sociais que emergem no processo novas pautas sociais e/ou novos horizontes de direitos, que hoje incluem, entre outros aspectos, a defesa das minorias, o multiculturalismo e as questões relacionadas à defesa do meio ambiente – que foi causa tão cara a Thompson na última fase de sua vida – questões diante das quais os historiadores sociais se vêem na obrigação de formular problemas e interpretações nos dias de hoje.

As pesquisas passaram assim a observar e articular alguns lugares a partir dos quais a experiência dos diferentes sujeitos se constituiu. Nesse sentido, novos temas surgem como enfoques relevantes para desvendar o sentido da dominação, da atuação política, bem como os conflitos sociais em tempos e lugares variados. Como a perspectiva dos escravos e trabalhadores livres, as relações de gênero, por exemplo, passaram a integrar as pautas de preocupação e a definir um horizonte intelectual próprio, capaz de engendrar novos problemas e explicações²¹. Certamente, a perspectiva de gênero é parte indissociável da nova história social, pois oferece um ponto de vista alternativo para relações sociais tidas como assentadas e universais. Por exemplo, a adoção da perspectiva de gênero na investigação das relações de poder que envolvem os direitos de propriedade abala as certezas quanto ao funcionamento das instituições. Além disso, uma ampla gama de perspectivas inovadoras surge quando o pesquisador problematiza as relações de poder quotidianas com um viés de gênero. Ao desenvolver tal estratégia de investigação, as relações de poder no seio das populações escravas, das populações livres, nas relações de trabalho de categorias amplas – como a categoria dos educadores -, nas relações de poder dentro do matrimônio, na questão da infância, adquirem matizes esclarecedores.

²⁰ A respeito de algumas greves rurais ocorridas ao longo da segunda metade do XIX, vide Verena Stolcke e Michael Hall. "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo" *Revista Brasileira de História*, 6 (1983): 80-120. Com relação a movimentos urbanos, o artigo de João J. Reis "A greve negra de 1857 na Bahia" *Revista USP*, 18 (1993): 6-29 e o trabalho de Artur J. R. Vitorino. *Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*" (Campinas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1995) oferecem bons exemplos de experiências acumuladas e compartilhadas entre escravos, libertos e livres. A respeito deste último tópico veja-se também Cláudio H. M. Batalha - "Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária" e Artur J. R. Vitorino - "Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro", ambos publicados em *Cadernos AEL*, 6:10/11 (1999).

²¹ Exemplar, nesse sentido, são os trabalhos de Sandra Lauderdale Graham. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, Natalie Zemon Davis. *Nas Margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, Cristiana Cristiana Schettini. *Que tenhas teu corpo – uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2006, Sueann Caulfield. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)* Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2000.

Outro aspecto que ganhou relevo e um perfil específico nos últimos anos está relacionado às formas de abordagem das relações raciais. Outrora entendido como um de debate marcado pelo paradigma biológico, ou da natureza, aspecto que tanto interessou intelectuais de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX²², o tema passou a ser observado por meio de uma ótica social e cultural. Mais do que um debate marcado pela lógica da determinação biológica, a raça passou a ser analisada como variável construída historicamente a partir da ação de diferentes sujeitos. Nesse sentido, uma perspectiva mais propriamente histórica da raça, assim como a noção de “racialização” das relações sociais, abriu possibilidades de investigação e explicação renovadas, situando de modo peculiarmente inovador a questão da cor (e seus atributos socialmente definidos) no centro de processos históricos variados: não mais apenas como meio de produzir dominação e inferioridade, mas como lugar de construção de identidades políticas e sociais mobilizadas por diferentes sujeitos, dominantes ou subalternos, assim como elemento importante nos debates sobre cidadania, aspecto nodal do debate político do século XIX brasileiro²³.

Tais perspectivas, dentre outras que tiveram peso importante na trajetória dos pesquisadores envolvidos neste projeto, foram também traduzidos em uma tendência historiográfica que busca, através da redução da escala de análise, construir caminhos alternativos de investigação e análise. A chamada micro-história, particularmente sua variante relacionada ao gênero biográfico, foi também explorada em muitos dos exercícios historiográficos deste grupo ou nas teses e/ou livros produzidos por seus orientandos na pós-graduação. Partindo da premissa de que a experiência de um indivíduo ganha relevância histórica quando inserida no contexto que lhe dá significado e de que as inúmeras lacunas de uma investigação biográfica somente podem ser preenchidas recorrendo ao “mundo e a outros personagens que o povoam”²⁴, esse tipo de estudo permitiu um acesso mais próximo aos elementos que orientavam e estruturavam a ação dos sujeitos enfocados²⁵.

²² Sobre o debate racial no Brasil de fins do século XIX e principio do XX conferir Lillia Moritz Schwarcz *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: companhia das letras, 1993

²³ Trabalhos importantes nessa perspectiva são Wlamyra R. de Albuquerque. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, Ivana Stolze Lima, *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, Olivia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, Hebe Maria Mattos de Castro. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, Sílvia Hunold Lara. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras.

²⁴ João José Reis. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.17.

²⁵ Entre os trabalhos desenvolvidos seguindo esse tipo de estratégia destacam-se: Elciene Azevedo. *Orfeu de Carapinha - a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999, Marcelo Balaban. *Poeta do Lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no*

Assim, a produção dos historiadores vinculados a esta proposta de parceria tem acompanhado a multiplicação e o adensamento dos temas, abordagens e procedimentos da História Social há mais de dez anos. Em linhas gerais, de resto, não seria equivocado afirmar que apenas nas últimas décadas as questões relativas à esta experiência multifacetada dos sujeitos históricos em situações de subalternidade vêm se tornando temas freqüentes do debate entre os historiadores brasileiros. Durante muito tempo foram relegadas e até desconsideradas pela historiografia, restrita basicamente a duas posições interpretativas opostas, que vigoraram por muito tempo, orientando suas abordagens. De um lado havia a insistência nos elementos comuns e homogêneos da mentalidade de um certo período, a busca daquilo que os “homens do século XVI” crêem ou descrêem, do universo mental de toda uma época; de outro, diferenças e dicotomias culturais: uma cultura popular e uma oficial, circularidade e troca entre universos distintos. A crítica à história das mentalidades, entretanto, insistindo que os elementos homogêneos da mentalidade de um certo período implicava “negligenciar as divergências e os contrastes entre as mentalidades das várias classes, dos vários grupos sociais, mergulhando tudo numa ‘mentalidade coletiva’ indiferenciada e interclassista”²⁶, fez com que muitos estudiosos sássem em busca de alternativas, relacionando diretamente dominação e cultura.

O próprio conceito de hegemonia formulado por Gramsci²⁷ já propunha uma certa concepção destas relações, incorporada à análise de diversos historiadores que se dedicaram a este tema, como no caso das formulações de Hobsbawm e Rudé a propósito da cultura das classes subalternas²⁸. Foi na formulação thompsoniana, entretanto, que o entrelaçamento entre estes “universos” apareceu de modo muito mais elaborado. Thompson publicou textos extremamente importantes nos quais a análise das mudanças históricas está diretamente ligada à reconstrução de embates ocorridos em torno de diferentes normas e valores ou de conflitos originados a partir de diferentes usos e interpretações dados a significados sociais gerais²⁹. Em face do seu trabalho, hoje amplamente conhecido no Brasil, torna-se quase impossível operar a tradicional distinção entre o social e o cultural, entre uma história social e uma história da

Brasil imperial (1864-1888). Campinas: Editora da Unicamp, 2009, Gabriela dos Reis Sampaio. *Juca Rosa: um pai de santo no Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009, Joseli Maria Nunes Mendonça. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007,

²⁶ Carlo Ginzburg - *Os andarilhos do bem. Feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. (trad.) S. Paulo, Companhia das Letras, 1988, p.16.

²⁷ Cf. Antonio Gramsci - *Quaderni del Carcere*. (ed. crítica do Instituto Gramsci.). Turim, Einaudi, 1975, 4 vols.

²⁸ Para uma síntese das formulações de Rudé a respeito das idéias "inerentes" e "derivadas" na cultura popular, e suas relações com o pensamento gramsciano, vide George Rudé - *Ideologia e protesto popular*. (trad.) RJ, Zahar, 1982, especialmente pp. 7-34.

²⁹ Vide, especialmente, E. P. Thompson - "Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial" e "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII", *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, bem como os outros artigos da coletânea *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. (trad.) Barcelona, Ed. Critica, 1979, além do instigante *Senhores e Caçadores. A origem da Lei Negra*. (trad.) RJ, Paz e Terra, 1987.

cultura. Depois de Thompson, cuja obra inaugura esta intensa revisão entre os especialistas da História Social, novas propostas tem fecundado este campo de trabalho. Basta mencionar aqui a contribuição de autores como Natalie Zemon Davis ou Robert Darnton, entre tantos outros que se constituíram como referências obrigatórias na área. Embora frequentemente entendidos como autores de uma “história cultural”, não se pode identificar em seus escritos qualquer tipo de separação entre o social e o cultural. Antes, ao voltar sua atenção “aspectos ficcionais” dos documentos, ao trazer a noção de diferença para o centro da suas pesquisas, ao analisar a materialidade de textos literários, canções, textos jornalísticos, contribuem para acabar com separações radicais, quicá anacrônicas, entre o social e o cultural.³⁰

Tomando o passado como um universo simbólico diferenciado do presente e trabalhando com o pressuposto do estranhamento ao invés da familiaridade, a análise pode aprofundar-se à procura do entendimento e da decodificação, do acesso mesmo a outros “universos mentais estranhos” e a outras lógicas e valores que possam ordenar as ações dos sujeitos históricos.³¹ O esforço minucioso de decodificação e contextualização das evidências opacas fornecidas pelos documentos permite ao historiador social formular novas perguntas e ensaiar outras leituras. Nestes termos, propor análises na perspectiva das diversidades sociais e culturais implica efetuar um esforço conjunto de releitura da sociedade brasileira dos séculos XVIII ao XX que leve em conta as novas interpretações que a historiografia brasileira vem empreendendo nos últimos anos.³² A *history from below* formulada por Edward Thompson nos anos 60, oferece mais que uma simples ampliação dos temas e objetos de estudo dos historiadores, incluindo “os de baixo” ou os aspectos da vida cotidiana. Trata-se na verdade de uma alteração mais profunda, que envolve tanto a teoria da história quanto os procedimentos do ofício. De nenhuma forma isto pode ser entendido como a intenção de buscar a “pureza” das concepções e práticas culturais das classes populares, que teriam sido corrompidas ou obscurecidas pela cultura dominante: nenhuma interpretação desta perspectiva de trabalho poderia ser mais incorreta (e provavelmente maldosa) que a de atribuir-lhe a eterna ingenuidade de ressuscitar os “vencidos” e, com eles, escrever uma história sobre o que apenas poderia-ter-sido. Significa, aqui, retomar temas e objetos históricos consagrados e inquiri-los a partir de baixo: partir da consideração de que a história se produz no interior de relações de dominação e

³⁰ É vasta a obra desses dois autores. Para as perspectivas aqui trabalhadas dois textos importantes são: Natalie Zemon Davis. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: companhia das letras, 2001, Robert Darnton, *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

³¹ Robert Darnton - *O grande massacre de gatos*. (trad.) RJ, Graal, 1986, p. xv.

³² Também na linha da integração da problemática da história social e cultural, é imperioso mencionar a obra de Evaldo Cabral do Mello Neto, particularmente: *O Nome e o Sangue, Olinda restaurada, A outra independência, O Norte Agrário e o Império*.

buscar outros olhares, outras leituras e outros significados, invertendo o tradicional lugar de observação dos eventos históricos geralmente ocupado pelos historiadores.

Eis porque falamos em “história social”, assumindo um rótulo clássico que, se parece menos *up to date*, é certamente mais preciso em seus propósitos do que os contornos da chamada “história cultural”. Trata-se, aqui, de uma declaração de intenções: queremos efetivamente dialogar com grande parte da história cultural que transforma a cultura em um conjunto de manifestações passíveis de serem analisadas em si mesmas, como um objeto singular (“a” festa, “o” ritual ou os enunciados) colocado na pequena ou longa duração. Ou com aqueles que, quase negando a possibilidade de apreensão (ou compreensão) do passado através dos documentos, trabalham apenas com imaginários e/ou representações. Ao pensarmos os contornos deste projeto estamos salientando a necessidade de integrar as perguntas clássicas da história social àquelas da história cultural - ou, dito de outro modo, afirmamos que toda história social é, necessariamente, cultural e vice-versa.

Cronograma de execução das atividades.

1º ano:

- Iniciar a organização do centro de pesquisa em história social, com atividades acadêmicas e práticas;
- Aquisição de equipamentos para criar condição para aquisição de documentos e cópias de documentos;
- Organizar seminário acadêmico;
- Missões de pesquisas individuais dos docentes e discentes que integram o projeto.

2º Ano:

- Aquisição de equipamentos para formação do centro de pesquisa;
- Aquisição de fontes e livros;
- Missões individuais de docentes e discentes;
- Organizar eventos coletivos e conferências individuais com a equipe do projeto.

3º Ano:

- Aquisição de fontes e livros;
- Missões individuais de docentes e discentes;
- Organizar seminário acadêmico.

4º Ano:

- Aquisição de fontes e livros;
- Missões individuais de docentes e discentes;
- Organizar eventos coletivos e conferências individuais com a equipe do projeto.

Infra-estrutura das instituições participantes (existente e a necessária para dar suporte à interação entre os grupos).

O grupo de pesquisa na Universidade de Brasília dispõe de infra-estrutura física para desenvolver seu trabalho, na forma básica de mobiliário e equipamentos de informática. O espaço físico para tal é satisfatório e a universidade dispõe de boa estrutura de trabalho, onde se destaca a Biblioteca Central, além de serviços como o Centro de Informática, que oferece suporte de rede de boa qualidade e espaço para depósito de servidores de dados. Contudo, a estrutura disponível para a efetiva pesquisa em fontes é precária. Não se dispõe de equipamentos como câmera digital (para coleta em arquivo de material primário), *scanner* portátil ou mesmo equipamento para leitura de microfilmes. Da mesma forma, ainda há muito por ser feito no que se refere à produção coletiva de conhecimento, trabalho em equipe e projetos em grupo.

Por sua vez o CECULT, a outra sede institucional deste projeto, possui uma boa infra-estrutura para a pesquisa, construída através do apoio da universidade e de financiamentos diversos, desde a sua criação em 1995. Ocupa atualmente uma área de aproximadamente 107m² nas dependências do IFCH-UNICAMP, com sete salas de trabalho dotadas de equipamentos de informática (19 computadores, uma impressora e uma multifuncional), além de três leitoras de microfilmes e uma leitora-digitalizadora. Assim, tanto os pesquisadores principais quanto os bolsistas de diferentes níveis têm à sua disposição um equipamento moderno e suficiente para o processamento da massa documental que o Centro vem adquirindo e sistematizando para análise. Por meio do Projeto financiado pelo PRONEX e do Projeto Temático da Fapesp, adquiriu um volume significativo de fontes microfilmadas - periódicos da grande imprensa desde as primeiras décadas do século XIX até as primeiras do XX, revistas ilustradas e humorísticas, títulos da imprensa operária, antes inexistentes no Estado de São Paulo, além de séries da documentação dos distritos policiais do Rio de Janeiro - que se encontram depositados no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), também pertencente ao IFCH-UNICAMP.

Ademais, o CECULT consegue disponibilizar oito notebooks e cinco câmeras digitais para alunos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, em suas visitas aos arquivos e bibliotecas fora do âmbito da Unicamp.

O Centro possui ainda uma página na *Internet* (www.unicamp.br/cecult) que constitui um importante veículo de divulgação dos resultados produzidos pelas pesquisas individuais ou coletivas, bem como dos trabalhos em andamento.

Proposta orçamentária detalhada, justificando a necessidade dos itens solicitados e indicando o Programa de Pós-graduação ao qual serão alocados.

Planilha orçamentária detalhada: Ver anexo 1

Comentários sobre a proposta orçamentária, ano a ano:

Como se depreende dos quadros acima, a proposta orçamentária visa atingir ao objetivo acadêmico de aparelhar a área de concentração em História Social do PPGHIS da UNB com suporte de equipamentos para obtenção de cópias digitais de documentos, armazenar documentos em microfilme ou em formato digital, oferecer condições de leitura de documentos em variados suportes. Isso se reflete na escolha de adquirir bens na rubrica de capital que proporcionam as condições de trabalho ideais para o desenvolvimento de projetos de história social: máquina de leitura de microfilme, armários climatizados, equipamentos portáteis de digitalização (máquina e scanner). Além disso, far-se-á um esforço para reunir cópias de documentos de natureza variada, sempre seguindo o objetivo maior de oferecer aos pesquisadores da instituição condições para desenvolver pesquisas.

O objetivo de estreitar o diálogo acadêmico entre as instituições conveniadas se expressa financeiramente com a realização de um seminário temático na Unicamp – no primeiro e no último ano do projeto. Sendo que, no segundo e no terceiro anos a UNB abriga uma missão de pesquisadores da Unicamp com o objetivo de divulgar no público acadêmico do Centro-Oeste as ações em favor da História Social que decorrem do projeto. Diz-se que o alcance do evento é maior do que o âmbito da cidade de Brasília porque, uma vez divulgado, o evento tem condições de atrair o interesse de pesquisadores de outras instituições do Centro-Oeste e demais regiões fora do eixo centro-sul.

O objetivo de formação de pessoas é perseguido também pela oferta de auxílio à mobilidade de alunos de pós-graduação e de graduação. Esse investimento varia ao longo dos anos do projeto em função da aquisição de equipamentos, mas concentra-se nos dois últimos anos, na expectativa de que as ações desenvolvidas no projeto favoreçam o despertar de vocações acadêmicas para a História Social. Igualmente, prevê-se a disponibilidade de recursos para a aquisição de livros. Este material, conforme as normas do edital e da Universidade de Brasília, deve ser incorporado ao patrimônio da Biblioteca Central da UNB, embora possa ser alocado lá em um setor de coleções especiais.

Financiamento de recursos provenientes de outras fontes, quando houver.

A Universidade de Brasília, através de diversas fontes, tem oferecido muitas possibilidades de acesso a bolsas de iniciação científica, extensão e outras modalidades. Neste sentido, fica financeiramente garantida a formação de pesquisadores na esfera da graduação, além das bolsas de mestrado e doutorado que são obtidas por outros fundos.

Resultados esperados do ponto de vista científico, tecnológico, de inovação e na formação dos mestres e doutores envolvidos.

a) Missões de Trabalho

As missões de trabalho serão constituídas basicamente por atividades de três tipos, pensados de modo a possibilitar tanto a troca de informações e quanto a integração entre docentes e alunos dos programas das várias equipes participantes do projeto:

- desenvolvimento de pesquisas de interesse direto para os docentes das duas equipes, acompanhadas de participação em seminários de linhas de pesquisa e discussão de trabalhos em andamento com docentes do programa receptor;
- promoção de seminários temáticos (ligados ao escopo do projeto) ou, eventualmente, até de mini-cursos que poderão contar créditos para os alunos dos programas receptores, dependendo sempre das necessidades e aprovação das instancias institucionais;
- realização de oficinas de pesquisa dedicadas a discussões sobre fontes e questões teórico-metodológicas com alunos e pesquisadores dos programas receptores (que eventualmente também poderão somar créditos para os alunos).

b) Encontros e seminários acadêmicos

Estão previstos também dois encontros de avaliação, realizados junto aos programas das equipes associadas ao final do segundo e do quarto anos de vigência do projeto, para discussão dos trabalhos em andamento e balanço das atividades realizadas. Planejados para constituírem pequenos eventos acadêmicos e, também, reuniões de avaliação do próprio projeto, estes encontros permitirão melhor integração entre os membros das diversas equipes.

Finalmente, pretende-se realizar pelos menos dois seminários temáticos em torno de questões como as relações entre História Social e Literatura, as Relações de Gênero e de Raça, a Biografia ou a Micro História em suas relações com a produção na área da História Social.

c) Formação de Mestres e Doutores

Finalmente, um dos resultados esperados diz respeito ao propósito de ampliar o interesse, tanto na Pós Graduação quanto na Graduação, pelos temas e abordagens desta área de trabalho histórico. Não se trata apenas de uma intenção qualitativa, mas também diz respeito à quantidade dos trabalhos que se espera iniciar no período, visando consolidar uma área de pesquisa na pós graduação. Para isso, será necessário criar um interesse nos cursos da graduação que resulte em bolsas de Iniciação Científica cuja pesquisa esteja relacionada a este projeto, de modo a criar e qualificar demanda para os programas de mestrado e doutorado.

Descrição das ações de divulgação e transferência dos conhecimentos adquiridos para a sociedade.

- a) Criar centro de pesquisa em história social na UnB: este centro estará aberto ao corpo discente e docente da Universidade de Brasília, além de outros interessados, garantindo a qualidade da formação dos pesquisadores. A formação deste centro depende da aquisição de fontes e cópias de fontes que serão disponibilizadas ao público interessado em desenvolver pesquisas em história social
- b) Produzir recursos históricos digitais *online*: enquadram-se nesta categoria a criação de bancos de dados, cartografia digital, edições eletrônicas de textos literários, sites de referência, museus virtuais, catálogos de fontes, fóruns de discussão, dentre outras modalidades que estarão abertas aos interessados através da internet.
- c) Publicações: divulgação científica através dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito deste projeto, através de livros, capítulos e artigos.